



INVENTAR A DEMOCRACIA

Afirmo logo de entrada que não considero correcto, eficaz e adequado às condições da governabilidade erigir a economia em prioridade absoluta da democracia. Amartya Sen não tem cessado de o dizer.....A economia tem de assumir-se como instrumento que é. Interessa-me – impõe-se-me a pergunta – saber o que na democracia inverte as finalidades da sociedade e impede que o conceito de desenvolvimento, ainda que sustentável, preencha os seus objectivos.

Percorrendo os caminhos do nosso percurso dito “democrático”, reconheço que é preciso outro recomeço. Não é agora unicamente de democracia formal que se trata, mesmo que ela seja necessária para se poder construir um novo edifício.

Trata-se sim de encontrar os novos paradigmas que nascem da reflexão sobre o mundo e todas as transformações que tiveram lugar nos últimos 20/30 anos. O primeiro paradigma corresponde a um mundo interconectado cujos subsistemas mudaram de natureza. Embora as ciências sociais não decorram directamente das ciências da natureza, os princípios da irreversibilidade, da instabilidade e da incerteza vão da Física à Política. É nesse contexto que o pensamento de H.A. adquire renovada pertinência. Se a sua leitura pode ser uma orientação ética, ela é sobretudo

O primeiro conceito foi longa e entusiasticamente trabalhado pela filósofa Hannah Arendt: **o exercício da política é essencialmente acção**. É a produção de normas, de instituições, de instâncias reguladoras.

Nada tem que ver com a reflexão de analista político que se arrogam os políticos – governantes ou parlamentares – quando estão no exercício das suas funções. Tão pouco é aceitável o “post-mortem” que certos políticos realizam sobre a sua própria acção política. Tendo tido na mão a possibilidade de agir, exprimem o que “deve ser feito”!

Por isso a acção política exige Estados fortes, experiências diversificadas da vida, personalidades capazes de compreender o que escreveu o Arq. Alves Costa: “As instituições são as moradas das aspirações.” Faz-se apelo a vários níveis:

Ao nível da **decisão**: perante as várias escolhas possíveis, a decisão é simultaneamente técnica e política. Técnica porque só pode ser incorporado na decisão o que fôr tecnicamente irrefutável. Política porque fiel a uma orientação, a uma finalidade, a um entendimento lúcido do tempo presente. Não é no momento em que é necessário decidir que se vão criar comissões para partir do zero e esquecer o

muito que já foi escrito ou até os resultados encontrados noutros países.

Ao nível da **coesão** que suscita: perante as forças irracionais das pressões corporativas (que excedem o que se chamou um Estado corporativo) e dos rasteiros menores denominadores comuns que são os consensos, a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade. numa. P.ex., Qualquer decisão política e qualquer que seja a sua dignidade jurídica deve ser imediatamente transmitida, pelas formas mais convincentes a todos os cidadãos. O euro foi, nesta perspectiva, um exemplo a seguir. Não pode haver unidade nacional e solidariedade internacional sem permanente **literacia política** para todos os cidadãos. (Impedir, p.ex., que um dirigente político invoque o maior número de votos que teve na sua eleição em relação ao vencedor da eleição seguinte para proclamar a sua maior legitimidade democrática!)

Ao nível da **acção**: é aí, mais do que a boa vontade, que a lucidez, o auto-conhecimento, a variável tempo, dão a medida exacta do empenhamento na acção. Não agir é negligência, é partir os elos que ligam os vários aspectos da vida. Uma decisão tomada e anunciada só se torna politicamente real quando se traduz na acção que lhe corresponde.

O outro conceito é corrente hoje na vida científica mas a política ainda não foi capaz de se apropriar dele e de o tornar operacional. não é exactamente novo, mas tem sofrido, ao nível das instituições políticas, uma quase total deriva. Refiro-me ao planeamento. Com o fim da economia de planificação central nos países comunistas, o conceito de planeamento sofreu, ao nível do Estado, uma derrocada geral. Como se de repente tudo fosse uma sequência sujeita a regras lineares ultrapassadas. Mas o planeamento é, de facto, hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exigente politicamente. Basta ter em linha de conta que o curto, médio e longo prazo do planeamento têm regras e actores diferentes:

– O curto prazo é a matéria sobre que incide a acção governativa quotidiana e as tarefas que, sem qualquer justificação para serem adiadas, daí decorrem para administração pública.

– O médio prazo (de uma legislatura, p.ex.) é a ordem de prioridades estabelecida, a sua avaliação contínua, a clarificação dos seus patamares de execução no tempo, o entozamento do poder local com o poder central-

- O longo prazo é o horizonte último da acção política que permite perspectivar cada decisão. Nele intervêm com vantagem órgãos qualificados exteriores à administração pública. Não pode haver acção coerente sem o longo prazo. A acção política não pode ser uma manta de retalhos. É a concretização de uma visão. É a implementação sistémica de um projecto.

2. Concepção sistémica, holística
para Sabendo como diz Thomas Kuhn, na sua reflexão sobre os paradigmas: “A comunicação através da linha de ruptura conceptual revolucionária é sempre parcial”. Por isso não são os políticos profissionais que podem realizar essa mudança de paradigma. É tarefa para aqueles que pensam a sociedade, o mundo e a história com os seus instrumentos próprios. Estamos porém ainda longe de uma sistematização de princípios. Mas alguns passos podem ser dados de forma determinada.

Sistémico

Sectores estruturadores da sociedade, como funcionam, ex. saúde e educação

Novo conceito: qualidade de vida

Grandes áreas para além dos interesses partidários, conselhos de ética, auditoria da felicidade

Fundação Cuidar o Futuro